

Presidente avisa que nova Pasta é irreversível

Partidos aliados vão continuar com o mesmo número de cargos

Clóvis Carvalho é o mais cotado para assumir o novo ministério

O presidente Fernando Henrique deu início a uma série de conversas com representantes dos partidos aliados com o objetivo de transmitir duas mensagens: a de que vai manter a atual cota dos partidos nos ministérios e informar que é irreversível sua decisão de criar o Ministério da Produção em 1º de janeiro, marcando, assim, o início do segundo mandato. O nome mais cotado para o Ministério da Produção é o do ministro Clóvis Carvalho.

Com essas definições, o Presidente tenta acalmar os partidos aliados, que há duas semanas travam uma disputa pública por espaço no Governo - mais do que "superministérios", brigam por "superorganismos". De um lado, ele garante ao PMDB, PFL e PPB que a atual partilha de cargos será mantida no segundo mandato, ao mesmo tempo em que apazigua o PSDB com a criação do Ministério da Produção - que se tornou a principal reivindicação dos tucanos.

com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, um dos principais interlocutores do PMDB.

Aos interlocutores o Presidente deixou claro que o Ministério da Produção será a única novidade neste início de segundo mandato. O Ministério da Infra-Estrutura, reivindicado pelo PMDB, só deverá sair no final do ano que vem, depois de aprovada pelo Congresso a Agência Nacional dos Transportes. O próprio PMDB, que comandaria o novo ministério, não tem pressa. "Temos muito trabalho no Ministério dos Transportes neste próximo ano", diz o ministro Eliseu Padilha. O Ministério do Desenvolvimento Urbano, reivindicado pelo PFL, poderá sair em meados do ano que vem. A expectativa do Governo é de criá-lo quando a economia brasileira der sinais de recuperação - o que, segundo economistas, só deve acontecer no terceiro trimestre de 99.

Depois de três semanas em disputa pública por cargos, os partidos que apóiam o Governo decidiram "baixar a bola" e concentrar as energias na votação das medidas restantes do ajuste fiscal - também um pedido do Presidente. O período de paz entre os partidos aliados do Governo não vai durar muito tempo. No máximo, um ano - até que comecem as articulações para o lançamento das campanhas às prefeituras municipais. O que está em jogo é a sucessão de 2002, quando a mesma aliança não vai se repetir.

CRISTIANA LÔBO

Sem Luiz Carlos Mendonça de Barros ou alguém com perfil semelhante - mais agressivo - está praticamente certo que para o Ministério da Produção seja deslocado o ministro Clóvis Carvalho. Se prevalecer essa escolha, o Presidente terá conseguido encerrar a polêmica entre os partidos aliados sobre a nova Pasta. Clóvis é filiado ao PSDB, mas não se pode dizer que seja um ministro que atue politicamente em favor dos tucanos. Desta forma, os tucanos não poderiam se queixar da escolha, tampouco os aliados do PMDB e PFL.

"A correlação de forças no Congresso não mudou, então não muda nada na representação no Governo", disse um aliado do Presidente. Dentro do Governo, a outra alternativa é deslocar o ministro da Educação, Paulo Renato.

Para fazer estas comunicações e o pedido para que evitem disputas públicas por espaço no Governo, Fernando Henrique conversou na sexta-feira com o senador Antonio Carlos Magalhães, principal cacique do PFL; e no domingo

Repórter do Jornal de Brasília

■ O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, colocou ontem seu cargo à disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o porta-voz adjunto da Presidência, Georges Lamaziere, o ministro deixa o Presidente à vontade nas mudanças que deverá fazer para a escolha do ministério do seu segundo mandato. "O Presidente informou que o ministro, efetivamente, colocou seu cargo à disposição", disse Lamaziere. "Mas é preciso lembrar que, na verdade, todos os cargos estão sempre à disposição do Presidente, isso é uma coisa implícita." Segundo Lamaziere, o Presidente - sem citar nomes - afirmou que outros ministros também já tomaram a iniciativa de colocar seus cargos à disposição. Oficialmente, o primeiro a fazer isso foi o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, seguido do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann.